

ÍNDICE

	Págs.
INTRODUÇÃO – Directrizes e Periodificação da História do Direito Português; Problema Metodológicos	7
1. Termo <i>a quo</i>	7
2. Problemas genéricos e específicos da periodificação da História do Direito e da História do Direito Português	8
3. Periodificação adoptada	13
4. Especificidade do fenómeno jurídico no primeiro período	14
5. Continuação	17
6. Segundo período. Termo inicial	22
7. Subdivisão do segundo período	24
8. Os elementos comuns às duas épocas do segundo período	25
9. Primeira época do segundo período. Elementos específicos	29
10. Segunda época do segundo período. Características específicas	35
11. Notas sobre as características da exposição adoptada	41
12. Problemas e orientações metodológicas. Introdução	41
13. Problemas e orientações metodológicas (Cont.). Exposição sinté- tica dos principais pontos em causa. O observador e o objecto	42
14. Idem. (Cont.). O objecto da história do direito	47
15. Idem. As circunstâncias pré-jurídicas ou condicionantes	49
16. (Cont.). O jurídico e o pré-jurídico. A história do direito e a história geral	55
17. Metodologia da exposição – sincronia ou cronologia?	62
18. (Cont.). Direito e <i>fontes cognoscendi</i>	63
19. (Cont.). Relevância do pensamento jurídico e demais factores a atentar num curso de história do direito	68
20. (Cont.). Aceitação e rejeição da ordem jurídica	71

21. História do direito – história ou direito?	72
22. Observações finais	74
23. Adenda. A presente edição	81
PRIMEIRO PERÍODO.	89
Capítulo I – A justiça e o direito suprapositivo	91
Secção I – A justiça	91
24. Introdução	91
25. A justiça como condição da sociedade. A justiça universal	91
26. A justiça particular. Conceito	95
27. A justiça particular: a determinação do seu	97
28. As modalidades da justiça	100
29. A justiça objectiva	102
30. Justiça e direito	104
Secção II – O Direito – Abordagem Conceptual	109
31. Questões Terminológicas	109
32. O Conteúdo Semântico do Direito	109
33. Aspectos Substanciais	114
Secção III – O direito suprapositivo e o direito humano	121
34. O direito divino	121
35. Da lei eterna ao direito natural	122
36. Pluralidade de entendimentos quanto ao direito natural	123
37. Importância da lei divina e da lei natural no quadro normativo medieval	126
38. Valor jurídico dos actos contra a lei divina e natural	128
39. O princípio da imutabilidade e inderrogabilidade do direito divino e do direito natural	129
40. Direito suprapositivo e supralegal. O <i>ius gentium</i>	132
Capítulo II – Direito positivo <i>Supra Regna</i> . O direito canónico e o direito romano	135
41. Noção introdutória	135
42. Fontes do direito canónico	140
43. Sagrada escritura, tradição	143
44. Decretais, Cânones	146
45. Costume e doutrina	152
46. Da compilação à pré-codificação por fontes do direito canónico universal	157

47. Direito particular	174
48. Penetração do direito canónico na Península. A ciência cano- nística portuguesa	179
49. Restrições à recepção do direito canónico	184
50. Aplicação do direito canónico nos tribunais. Aplicação nos tri- bunais eclesiásticos, em razão da matéria e em razão da pessoa	187
51. Aplicação nos tribunais civis; enquanto direito preferencial ou como direito subsidiário. O critério do pecado	188
52. O <i>ius romanum</i> . Remissão	190
Capítulo III – <i>Ius Regni</i>	193
Secção I – Direito Legislativo	193
53. Os ordenamentos jurídicos anteriores à constituição da nacio- nalidade portuguesa	193
54. O Código Visigótico	199
55. A aplicação do <i>Código Visigótico</i> . Testemunho da sua vigência no território português	200
56. Leis de Leão, Coiança e Oviedo. Presunções e provas da sua vigência em Portugal. Dúvidas quanto à classificação do órgão promanante: cúrias ou concílios?	202
57. Leis gerais portuguesas. Noção. Nomenclatura. Progressivo desenvolvimento da legislação régia	204
58. Fundamento da força vinculante da lei, sua natureza, finalida- de e requisitos	207
59. Ignorância e conhecimento da lei. Publicidade. Registo. Entrada em vigor	209
60. Aplicação e interpretação da lei	212
61. Monumentos jurídicos castelhanos vertidos em português. Problemas relativos à sua vigência. Aplicação das <i>Partidas</i> como direito subsidiário. Sua observância abusiva em prejuí- zo de outras fontes	214
Secção II – Direito outorgado e pactuado	227
62. Cartas de privilégio. Características gerais	227
63. Cartas de povoação	228
64. Forais	230
65. Foros, costumes ou estatutos municipais	234
Secção III – Costume e direito judicial	239
66. Costume: Conceito e amplitude da noção medieval de costume	239
67. Causas do prestígio do direito consuetudinário. Âmbito de aplicação	240

68. Requisitos do costume	244
69. Valor jurídico do costume	246
70. Direito costumeiro e direito judicial	248
71. Estilo	251
72. Façanhas e alvidros	253
73. Conceito e natureza das façanhas	254
74. Os <i>Alvidros</i>	257
Secção IV – Direito prudencial. Introdução. Enquadramento geral	261
75. Direito prudencial. Noção	261
76. O direito prudencial medieval como momento de um fenómeno pere- ne. Consideração do <i>ius romanum</i> medieval como direito prudencial	263
77. Do direito romano do Lácio à vulgarização	264
78. Processo de «renascença» do direito romano	267
79. As escolas jurisprudenciais na Idade Média. Introdução	269
80. Principais representantes (glosadores)	270
81. Continuação (pós-acursianos)	273
82. Continuação (comentadores)	274
83. Ligação da jurisprudência à Universidade. Aspectos comuns e específicos das várias correntes	277
84. Os géneros literários nas escolas jurisprudenciais	280
85. Caracterização e relação das escolas medievais de jurisprudência	295
86. <i>Ars inveniendi</i> . Metodologia do operar das escolas medievais. Introdução	303
87. Elementos da <i>ars inveniendi</i>	306
88. O direito romano medieval como direito prudencial. Conclusão e síntese	327
Secção V – Direito prudencial. Especificação do caso português	335
89. A primeira cultura jurídica portuguesa. Primeiros vestígios do conhecimento do <i>ius romanum</i> na forma bolonhesa	335
90. A chamada «recepção» do <i>ius romanum</i>	339
91. Progressiva penetração do direito romano. A Universidade	341
92. Mediação castelhana. Obras doutrinárias de Jácomo Ruiz. As <i>Partidas</i> e a aplicação do direito romano	345
93. Referência à <i>iurisdictio imperii</i> e fundamento da vigência do direito romano. Significado especial do direito roma- no no quadro das fontes e sua utilização política	346
94. A comprovação da problemática da opinião comum em Portugal ...	349
95. Resistência à penetração do direito comum	358
Secção VI – Direito notarial	363

96. Direito notarial como categoria «a se»	363
97. Antiguidade e Alta Idade Média extra-peninsular	363
98. Tradição documental alto-medieval na Espanha. Recepção do direito notarial	367
99. Regulamentação de Afonso X	368
100. Legislação portuguesa. Disciplina da profissão e interesses régios ..	370
101. Da <i>ars dictaminis</i> à <i>ars notariae</i>	378
102. Documentos de actos jurídicos e seu valor como fonte de história do direito; carácter translaticio de muitas cláusulas; sobreposição de vários extractos jurídicos	383
Secção VII – O direito puramente consentido: direito judaico e direito islâmico	
103. O direito judaico. Introdução	389
104. Fontes. A <i>Thorá</i>	390
105. Fontes (Cont.). A <i>Mischná</i> (ou repetição)	392
106. Fontes (Cont.). A <i>Guemará</i>	393
107. Idem. O <i>Talmud</i> e a tradição judaica	393
108. Direito muçulmano. Conceito e Características	395
109. Fontes. Int. a) o Corão e b) a <i>Sunna</i>	396
110. Fontes. (Cont.) c) <i>Idjmá'</i> ; d) <i>Qiya's</i>	399
111. Fontes. (Cont.) A ciência do <i>fiqh</i>	401
112. Fontes. (Cont.) As escolas de <i>fiqh</i>	402
113. O Islão e os infieis	406
Capítulo IV – Conjugação das fontes normativas e dos elementos formativos do direito português	
114. Introdução	411
115. Direito canónico e direito civil	411
116. Direito régio, foros e posturas	420
117. Direito régio, fações e estilos	421
118. Direito régio e costume	423
119. Direito romano e direito nacional	428
120. Direito régio, direito hebraico e/ou direito ismaelita	431
121. Articulação geral	433
122. Elementos formativos do direito português. Os elementos primitivos ou pré-romanos	438
123. O elemento romano	441
124. O elemento germânico	444
125. O elemento canónico	450
126. Os elementos muçulmano e hebraico	451

Capítulo V – A Organização Política	457
Secção I – A Organização Política da <i>Respublica Christiana</i>	457
Subsecção I – Portugal e o Papado	457
127. Razão de ordem. O papado e a origem do poder	457
128. Doutrinas hierocráticas	458
129. (Cont.) As circunstâncias políticas. Doação de Constantino	462
130. A doutrina do <i>Verus Imperator</i>	465
131. A <i>media via</i> tomista	466
132. As doutrinas anti-hierocráticas	470
133. (Cont.) O naturalismo político	471
134. O caso português	472
135. (Cont.) As vias de dependência ao papado	474
136. (Cont.) Manifestações da <i>auctoritas</i> papal	478
Subsecção II – Portugal e a <i>Jurisdictio Imperii</i>	489
137. A afirmação medieval da supremacia universal do Imperador	489
138. O princípio oposto do <i>Rex est Imperator in regno suo</i>	489
139. O título de <i>Imperator</i> dos reis de Leão e a ideia Imperial hispânica	491
140. Denegação da supremacia imperial relativamente ao seu território pelos monarcas portugueses	495
Secção II – Organização Política da Comunidade Nacional	501
Subsecção I – A Realeza	501
141. Considerações gerais	501
142. Factores condicionantes da monarquia portuguesa	501
143. Significado jurídico-político das ideias de «reino» e «coroa»	503
144. Desenvolvimento político da realeza	507
145. Origem do poder real	509
146. Natureza do poder real	510
147. A justiça como finalidade do poder régio	513
148. A Cúria Régia	518
149. A sucessão régia	522
150. A investidura régia	525
Subsecção II – As Cortes	535
151. Considerações gerais	535
152. Origem das cortes. Os concílios visigóticos. A cúria régia	539
153. O problema conceptual das cortes	540

154. Constituição das cortes. Representação das ordens	542
155. Convocação das cortes. Sua duração	543
156. Índole das cortes e sua esfera de acção. O dever geral do conselho ..	546
157. Apreciação do problema face às cortes portuguesas	547
158. Conclusão	552
 Capítulo VI – A Administração	 555
 Secção I — A Organização judiciária	 555
159. O rei como juiz	555
160. A Cúria como órgão judicial	560
161. A administração da justiça pelos Juizes Ordinários	568
162. Corregedores e juizes de fora	573
163. A justiça senhorial. As confirmações	575
164. A justiça municipal	579
165. O pluralismo medieval na administração da justiça. A especialização em razão das matérias e das pessoas	581
166. O particularismo medieval na administração da justiça. A especialização em função das pessoas. (Cont.)	586
 Secção II — A Administração do Reino e Administrações específicas ..	 599
167. Administração do Reino e a Administração Pública	599
168. A indiferenciação das funções públicas. Sua lenta separação	602
169. A administração central. O conselho régio	603
170. Ministros da coroa e ovensais	608
171. Os agentes do rei na administração local	610
172. A administração local. A administração senhorial e a administração concelhia	617
173. A divisão territorial administrativa do país. Síntese	620
174. A Administração Fiscal-tributária. a) Introdução	622
175. A Orgânica militar. A <i>Hoste</i> . — a) Introdução	636
1716. A Orgânica Militar. (Cont.). A Marinha. a) Introdução	652
177. Razão de ordem: Administrações específicas. Introdução. Aspectos gerais	664
178. A administração profissional. Generalidades	667
179. A administração profissional. (Cont.) Referência ao quadro geral europeu	668
180. A administração corporativa. (Cont.) O caso português	670
181. Organização administrativa das colónias estrangeiras	676

182. A administração eclesiástica. Introdução	678
183. A «administração» ou orgânica eclesiástica. Os «agentes». O clero regular. a) Os bispos	682
184. A «administração» ou orgânica eclesiástica. Os «agentes». O clero secular. (Cont.) b) Dignidades capitulares	692
185. A administração eclesiástica. Os «agentes». O clero secular. (Cont.). Arcebispos e outros dignitários	694
186. Idem. (Cont.) Párocos	698
187. Idem. (Cont.) b) A designação dos párocos	699
188. Idem. (Cont.) A designação dos párocos. c) O padroado	702
189. A «administração» ou orgânica eclesiástica. (Cont.) Os «agentes». O clero regular	706
190. (Cont.) A orgânica institucional das ordens militares. Os «agentes»	712
191. Os Agentes (Cont.): O termo clérigo. Importância das funções institucionais-administrativas para a visão da ordem e do pluralismo jurídicos	715
192. Os Agentes. (Cont.). Os agentes colectivos ou morais	717
193. A orgânica eclesial. Clero secular e circunscrições territoriais	721
194. A orgânica do clero secular. Circunscrições territoriais. (Cont.). A Paróquia. Observações finais	726
195. A orgânica eclesiástica. (Cont.) O clero regular. Principais institutos	735
196. A orgânica eclesiástica. Clero regular. (Cont.) Institutos Militares	742
197. A orgânica eclesiástica. Conclusão e observações gerais	747
198. A organização administrativa das comunidades de judeus e mouros: suas particularidades	750
199. As judiarias	751
200. Oficiais e magistrados judeus	755
201. A comunidade muçulmana. Simplicidade da administração das mourarias	758
Capítulo VII – Nota de Encerramento	777
202. Observações gerais, síntese e razão da ordem	777
Abreviaturas	791
Índice da Reproduções	799